

“Histórias” de Fr. Luís de Urreta no século XVII

Luciano de Samosata (ca. 120-dp.180), num curioso opúsculo em tom paródico, com intuito didático, repreende aqueles pretensos historiadores que escrevem “desvarios... por ignorância e falta de estudo, sem olhar para o que é digno de se ver”,

tendo para si ser fácilimo, pronto e de qualquer o escrever História, com tanto que cada um possa expor com palavras o que lhe vem ao pensamento, mas isto, ó amigo, nem é das coisas mais fáceis, como talvez tu mesmo saibas, nem também das que se podem compor com menos trabalho, porque se alguma obra entre as de letras necessita de muito cuidado, é sem dúvida a História.¹

Cerca de catorze séculos mais tarde, as palavras de Luciano ecoaram no seio de um debate aberto pelos padres da Companhia de Jesus a propósito de dois livros, que reclamavam descender de Clio, e que foram publicados em Valência por Fr. Luis de Urreta, religioso da regra de S. Domingos: a *Historia Ecclesiastica, Politica, Natural, y Moral, de los Grandes, y Remotos Reynos de la Etiopia, Monarchia del Emperador, llamado Preste Iuan de las Indias*, examinada e aprovada em dois breves meses (entre 30 de Setembro e 28 de Novembro de 1609), e saída do prelo no ano seguinte, e a *Historia de la Sagrada Orden de Predicadores, en los Remotos Reynos de la Etiopia*, aparentemente concebida como uma segunda parte da anterior², mas apresentada como autónoma na folha de rosto que a dá por impressa em 1611. Com efeito, um dos críticos, o Pe. Pêro Paez, depois de se referir à primeira “regra e lei da História” – a verdade –, lembrou a condenação dirigida por Luciano “ao historiador que, quando escreve, não está muy inteirado das palavras, das pessoas, dos casos, e lugares tocantes à história”³, fixando umnexo entre uma das exigências metodológicas, o rigor, e um dos princípios do labor historiográfico, a verdade, simultaneamente concebida como valor intrínseco e como princípio legitimador do texto enquanto autoridade. Terçando armas em nome da verdade e contra a instituição de uma falsa autoridade, os padres da Companhia propuseram um exame cerrado à obra do dominicano. Ora, este prevenira-se contra futuros

detractores, reduzindo a crítica dos “Lucianos espanhóis” a mesquinhez de espíritos torpes e lerdos, e de engenhos botos⁴. Por outro lado, tinha, igualmente, erguido os estandartes da verdade e da autoridade, juntando-lhes uma terceira categoria, cara ao espírito barroco, a novidade, e uma quarta, presente sobretudo na segunda parte da obra, a exemplaridade.

1. A (MÁ) FORTUNA DA OBRA DE FR. LUIS DE URRETA

No início de 2001, quando me desloquei a Valência para procurar documentação sobre a vida e obra de Fr. Luis, tive a clara percepção do estigma com que a memória histórica marcara este frade dominicano⁵. Entre a documentação que se encontra depositada no Archivo de los Dominicos e na Biblioteca General da Universitat de València (BGUV), rareiam notícias sobre ele, ao que não serão alheias as vicissitudes sofridas pelo arquivo em diferentes momentos da história de Espanha⁶, bem como a efemeridade do documento escrito e o modo selectivo como foram constituídos os arquivos⁷. Apesar de tudo, Fr. Luis tinha assinado dois livros dados à estampa, que tinham circulado e sido alvo do fogo da refutação. No entanto, o inventário das espécies existentes na livraria do Real Convento de Predicadores, onde Fr. Luis viveu, terminado a 21 de Julho de 1699, sessenta e três anos após o seu falecimento, não assinalava nenhum dos seus livros⁸. Pode considerar-se que a livraria não cumpria com eficiência a função de guardiã da memória do próprio convento, mas isso não esgota as possibilidades explicativas. Assim, partindo da perplexidade provocada pela constatação dessa falta, e com o objectivo de apreender duma maneira mais precisa o seu significado, concebi um inquérito alargado que deveria ser orientado, à partida, em dois sentidos: a) proceder ao rasteio de referências expressas à obra de Urreta em crónicas da ordem dominicana e em hagiografias, manuscritas ou impressas, redigidas em data posterior a 1610-11; b) inventariar a presença ou ausência de verbetes sobre Fr. Luis em colecções bio-bibliográficas e histórias literárias.

Encetei o questionário, depois duma prévia pesquisa bibliográfica, e os primeiros resultados, ainda provisórios, parecem reveladores duma censura interna à obra em questão e da imposição dum estigma ao trabalho do frade. Por exemplo, enquanto o seu confrade e contemporâneo Fr. Josef Agramunt, no final de cada verbete biográfico dos santos e “venerables” dominicanos de origem etíope, citou, entre outras fontes de autores dominicanos, como Abraham Bzovio e Serafino Razzi, a *Historia de la Sagrada Orden de Predicadores*⁹, algumas décadas mais tarde, no *Tratado de las Excelencias de la Religión de Predicadores en España* (impresso em Madrid, em 1677), Fr. Juan de Villaseñor escorou as breves notícias sobre três santos etíopes na obra do padre jesuíta Valerio Piquer¹⁰. Antes mesmo de procurar

saber se uma escolha de fonte informativa como esta é excepcional ou se corresponde a algum padrão no campo vasto das crônicas religiosas, há um problema cuja formulação se impõe: ou Fr. Juan excluiu a referência à obra de Urreta por esta ser considerada “má” fonte, ou procurou afanosamente entre as obras de autores jesuítas uma em que se encontrassem notícias convergentes com as informações fixadas por Urreta para, de forma indirecta, o acreditar...¹¹

Por sua vez, as notícias bio-bibliográficas sobre Fr. Luis são ilustrativas do processo de confinamento das *Histórias* na categoria das obras desautorizadas. Aparentemente, os historiadores e compiladores têm glosado o juízo emitido, em meados do século XVIII, pelo Pe. Vicente Gimeno¹², como fez Celedonio Fuentes:

Llevado por su simplicidad y candidez, admitíalas [as notícias sobre a Etiópia dadas pelo seu informante etíope] todas como verdaderas y, sin tener la precaución de pasarlas por el tamiz del riguroso exámen y de la conscienzuda crítica, formó con ellas dos gruesos volúmenes, que la narración verídica y sincera de celosos e instruídos misioneros há molido y triturado, demonstrando, como testigos *de visu*, que muchas de las noticias... admitidas por Fr. Luis no eran más que un conjunto de patrañas, de embustes e de fábulas.¹³

Assim qualificada como “un conjunto de patrañas, de embustes e de fábulas”, a obra de Urreta perdeu o lugar a que, pelo título, aspirava no *corpus* das obras historiográficas, não havendo ganho, entretanto, qualquer outro lugar, apesar do interesse literário, sobretudo da *Historia... de los Grandes, y Remotos Reynos de la Etiopia*. E, no entanto, estas *Histórias* “embusteiras”, para além do fruto serôdio duma utopia com o nome de reino do Preste João, foram também o instrumento da reivindicação dum pioneirismo missionário da Ordem Dominicana em território etíope. Deter-me-ei, noutra ocasião, sobre os motivos de tal reivindicação e da sua proposição em Valência no final da primeira década do século XVII. Entretanto, recordemos que o discurso historiográfico projecta diferentes níveis de realidade em construção, incluindo a do próprio historiador ou do seu grupo de pertença¹⁴: “Que toda a descrição seja culturalmente condicionada e, portanto, nunca neutra é (ou deveria ser) óbvio.”¹⁵

2. OS LIMITES DA AUTORIDADE E DA VERDADE

No prólogo “A los lectores” de *Historia... de los Grandes, y Remotos Reynos de la Etiopia*, Fr. Luis, admitindo estar obrigado a “dezir verdad”¹⁶, fundou o seu discurso nos princípios da novidade e da singularidade:

La historia presente, por ser en el argumento nueva, y tan peregrina, que hasta hoy no ha salido a luz libro de semejante sujeto, y ser en la materia grave, en la variedad sabrosa, porque se tratan en ella mil diversidades de cosas, de gran gusto y deporte, curiosidades de ingenio, y agudeza, todas nuevas, no vistas, ni leydas en autor, ni libro de quantos tiene la Europa... vageación bastante para cansar más letras que las mias, y ingenio más entero.¹⁷

Os leitores desconhecedores da matéria não veriam frustradas as expectativas geradas por esta apresentação, ao cabo das setecentas e trinta e uma páginas, pois, como o próprio autor se encarregou de frisar, “este libro es curioso, y no menos curioso que raro e prodigioso, de mucha recreación y deporte”¹⁸. No entanto, a premissa fundadora escamoteava a realidade, pois o argumento não era novo e já tinham saído à luz outros livros de assunto semelhante. A retórica da novidade excluía-os, porém, erigindo a obra de Urreta na única autorizada sobre a matéria. A questão não se esgota nesta linearidade explicativa que, afinal, contempla apenas uma parte do discurso do prólogo. Na sua prolixidade verbosa, este deriva entre a redundância e o paradoxo que se expressa, ora pela configuração da singularidade – “que no tengo libro antiguo ni moderno para seguirle”¹⁹ –, ora pela justificação da autoridade – “he procurado apoyar y cõfirmar todo lo que escrivo con autoridades de doctores graves, y con doctrina de Santos; porque si murmuraren de lo que escrivo, de camino murmuran de los maestros”²⁰. Desta maneira, logrou Fr. Luis acentuar o carácter singular da *História* e, simultaneamente, autenticar a obra que erigia sob o signo da exclusividade, revelando a sua inclusão na rede heteróclita constituída pelas obras citadas.

Para além da corroboração citacional, a estratégia de autorização recorreu ao testemunho de um viajante etíope, chamado João Baltazar, autenticado por “unos originales y papeles [sic], parte en lengua Etiopica, y parte en Italiana, mal cõcertados, pero calificados y verdaderos, porque estavan corroborados con firmas y sellos de personas graves y religiosas, y con muy grandes abonos de su verdad y firmeza”²¹. Foi essencialmente com base nos relatos deste homem, que o frade valenciano construiu as *Histórias*; a sua condição de natural do país e a posição social que reclamava faziam dele o informante por excelência, produtor de discursos verdadeiros, do ponto de vista de Fr. Luis.

As duas *Histórias* tiveram alguns leitores muito interessados e críticos nos anos que se seguiram à impressão: os padres jesuítas, fora e dentro da missão etíope. Nenhum deles se deixou impressionar pela engenhosidade discursiva, apesar de alguns se revelarem sensíveis ao estilo de Urreta, como o Pe. Manuel Barradas que confessou que “lemos com gosto pella muita eloquência, erudição, graça e boa disposição com que estão escritas”²², ou o Pe. Baltazar Teles que se referiu ao “estyllo elegante, mas muyto mal empregado”²³. O Pe. Pêro Paez, pelo

contrário, lamentou que Fr. Luis se demorasse na descrição dos tesouros régios guardados em “Guixêm Ambâ” [Ämba Gëšën], “que não he pequena penitência serlhe forçado ler os a quem tem outras cousas que fazer”²⁴. Estes leitores, convertidos em autores, denunciaram a falácia da obra na generalidade; em particular, a refutação convergiu num ataque reiterado à autoridade atribuída por Urreta ao seu informante. Em 1611, o Pe. Fernão Guerreiro criticou-o por “ter antes por verdadeiras as [informações] de um abexim estrangeiro e não conhecido”²⁵. Mais tarde, o Pe. Pêro Paez elevou o tom crítico à expressão da indignação, escrevendo:

não sei como h homem religioso de tanta authoridade e letras... não teve escrúpulo de escrever, e espalhar pello mundo em livro impresso ha tão grave e tam falsa infâmia... E se disser que lha certificou João Balthasar... em que teologia achou que, por ditto de h homem estrangeiro vagamundo e não conhecido, pudesse publicar tão grande infâmia.²⁶

Por seu turno, o Pe. Manuel de Almeida ironizou ao observar que “se entenderá o pouco crédito que merece quem em Valença escolheu por evangelista João Baltazar”²⁷. Todavia, embora se note uma tendência (apenas ausente no texto verrinoso de Petri a Valle-Clausá) para redimir Fr. Luis, admitindo-se que este escrevera “movido de caridade e pio zelo”²⁸ e que fora enganado por João Baltazar²⁹, o fio dos discursos oscilou entre a imputação e a ilibação de responsabilidades. Assim, na Adição, só a partir da página 321 se encontra a primeira referência à fonte dos erros e falsidades, até aí imputados exclusivamente ao autor, afirmando-se que “em tudo foi mal informado”. Este tipo de registo acusa um movimento, recaindo a responsabilidade pelo erro ora sobre o informante, ora sobre o autor, ora sobre ambos:

<i>Falta atribuída a João Baltazar</i>	<i>Falta atribuída a João Baltazar e Luis de Urreta</i>	<i>Falta atribuída a Luis de Urreta (exemplo)</i>
<p>“quão mal informado foi o autor do livro” (p. 324)</p> <p>“enganado das informações que lhe deu o abexim João Baltazar” (p. 327)</p> <p>“Porém quão fora de caminho sejam todas estas informações do abexim João Baltazar, prova...” (p. 361)</p> <p>“Mostra o autor nisto quão enganado foi nas informações e quão pouca notícia tem daquelas partes.” (p. 368)</p>	<p>“tudo isto é mera fábula e ficção de quem quer que a fingiu” (p. 321)</p> <p>“ou por culpa de quem informou, ou de quem o escreveu e publicou.” (p. 346)</p> <p>“como as quizeram fingir ou vieram à imaginação dos autores” (p. 363)</p>	<p>“quão fora de caminho e sem fundamento vai tudo quanto o autor escreve em seu livro” (p. 346)</p>

Fonte: Fernão Guerreiro, Adição. In *Relação anual*. 1942.

Na *História da Etiópia* há um movimento idêntico, embora se tenha acentuado a tendência para a atribuição da falta ao informante³⁰:

<i>Falta atribuída a João Baltazar (exemplos)</i>	<i>Falta atribuída a João Baltazar e Luis de Urreta (exemplo)</i>	<i>Falta atribuída a Luis de Urreta (exemplos)</i>
<p>“João Baltasar o enganou” (prólogo, p. 10);</p> <p>“se verá quão grande patranha e ficção he o que aqui meteo em cabeça a frei Luiz, João Baltasar” (I, VII, 79);</p> <p>“temos mostrado por todo o livro 1.º nas [cousas] que o ethiope João Baltasar meteo em cabeça ao mesmo author” (II, II, 22);</p> <p>“alguém lhe meteo em cabeça esta patranha... fábulas inventadas por qu o informou.” (III, IX, 316 e 319).</p>	<p>“fábula inventada pello author ou por qu o informou” (II, IX, 318).</p>	<p>“Todas estas cousas dá a entender, pág. 91, que as escreveu por relação de João Baltasar, de quem diz que esteve em Guixêm Ambâ...; mas eu não me posso persuadir que João Baltasar (posto que mentiroso) lhe dissesse que estavam em Guixêm Ambâ todas aquelas cousas, senão que lhe falou de todo o reino Amharâ e ele entendeu de só Guixêm Ambâ.” (I, VI, 73);</p> <p>“Não menos se enganou o Author” (I, IX, 95);</p> <p>“se enganou muito frei Luiz de Urreta” (I, XXIX, 235).</p>

Fonte: Pêro Pais, *História da Etiópia*. 1945-1946.

Ambos acusaram o frade, implicitamente, de levantar falsos testemunhos, falta grave, a somar à aparente credulidade com que recebeu e usou as informações divulgadas por um informante pouco fidedigno. Nos discursos de refutação, este surge como operador de inverosimilhança: praticamente todas as suas informações, fixadas por Fr. Luis, foram consideradas falhas de prova e classificadas como fábulas, ficções e sonhos, como disparates e contradições, e como fingimento, enganos, falsidade, calúnias, coisas apócrifas, patranhas, mentiras e imposturas³¹. Radicando simultaneamente numa preocupação de ordem ética e na avaliação da coerência interna dos relatos, a expressão retórica do espanto serviu para mais salientar a ideia de falsidade. O Pe. Paez escreveu: “O que a mim me maravilha he como homem natural de Ethiopia, posto que mentiroso, podia dizer h disparate tão grande”; “são fábulas tão fabulosas, que não sei como as inventou qu lhas meteo em cabeça”³². A fórmula extrema que expressa a metamorfose da história em efabulação foi dada pelo Pe. Manuel de Almeida que, a respeito de João Baltazar, escreveu que foi “homem que se prezou de compor de sua terra, não digo eu Palmeirins e Ariostos, mas Dom Quixotes e Sanchos Pansas.”³³,

pretendendo significar a invenção duma Etiópia maravilhosa à medida das ilusões quixotescas, ou de uma Barataria achada no altiplano etíope.

A desautorização do testemunho de João Baltazar apresentou outra faceta ainda, que decorreu duma apreciação preconceituosa do comportamento dos etíopes erigidos em objecto de conhecimento: segundo tal formulação axiológica, os etíopes apresentariam uma falha, sinal de inferioridade ética, no que respeita à verdade e à sinceridade, isto é, seriam mentirosos por natureza³⁴. Por causa dessa falha, “no falar das coisas de sua pátria se estendiam e as pintavam, não como elas eram, senão como eles queriam”, como teria feito João Baltazar³⁵. Há, contudo, matizes na relação verdade/mentira, cujo registo foi assinalado, ainda que com grande parcimónia, por Paez, como, por exemplo, a propósito da leitura de inscrições antigas: “muitas vezes fundam as mentiras em algas verdades”³⁶.

Os refutadores procuraram instaurar uma nova autoridade que substituísse a que anulavam, comprovando a sua falsidade³⁷. A necessidade de compreender o processo de instauração da nova autoridade levou-me a empreender uma (nova) leitura sistemática destes textos, em que fui procedendo ao levantamento de termos e expressões relativos ao problema. Esta leitura evidenciou a correlação dos dois processos, o já descrito de desautorização e o da instauração da nova autoridade. Na interpretação dos dados tive em consideração, não só a possibilidade de imitação dos textos anteriores, mas também o lugar da escrita, isto é, o facto de os autores falarem por experiência própria (como Paez, Barradas e Almeida), constituindo-se como informantes, ou não (como Guerreiro, Godinho, Teles e Valle-Clausá). Pude, deste modo, verificar que o processo de instauração da autoridade teve em consideração uma hierarquia das provas dadas para a constituição dos testemunhos fidedignos:

- 1.º Embora se não pudesse descurar a avaliação das capacidades, sobretudo morais, dos informantes, o **conhecimento directo** era o mais valorizado, como atesta a seguinte passagem: “nem ele, metido no seu convento de Valença, podia ter tanta notícia como os que andamos no meio de Etiópia discorrendo por toda ela, tratando com os Abexins, vendo e considerando naturezas e condições”³⁸.
- 2.º a) A **inquirição** foi amplamente utilizada pelo Pe. Paez, como processo de averiguação. Não se limitou, porém, a perguntar “a muitos dos principais letrados e velhos”, “a muitos frades velhos e gente da terra e a algs Portugueses, e a h Veneciano, que se chama João António e há muitos annos que quá está”, “a dous parentes do Emperador”³⁹; também usou a diversão para provar e confirmar a falta de verdade dos relatos e afirmações que refutava:

Vendo pois eu tantas fábulas, contei por festa algus diante do Emperador e de muitos Grandes, e mostrando-lhes o livro [de Urreta], se maravilharam muito de como deram tão depressa crédito a h homem não conhecido pera imprimir livro; e disse o principal dos secretários: Parece que este João Balthasar he chocarreiro, que todas as cousas conta às avessas.⁴⁰

Riram todos muito da fábula, atee o mesmo Emperador.⁴¹

No Prólogo, aliás, Paez explicitou o método de averiguação que iria usar: “no principal falarei de vista e experiência... e no demais as tomarei das pessoas mais importantes deste Imperio”⁴². Às informações dadas por “pessoas de vista...se lhes deve dar mais crédito, que a quem informou ao padre frey Luis de Urreta”⁴³.

- 2.º b) O **testemunho escrito** resultante da experiência pessoal deve ser posto ao mesmo nível que o testemunho presencial. De Miguel de Castanhoso, que deixou um tratado da expedição portuguesa na Etiópia (1541-1543), amplamente usado como prova na confutação, escreveu o Pe. Paez que era pessoa “a quem como testemunha de vista, se deve dar todo o crédito”⁴⁴. O carácter moral, ou virtude, do informante, do autor, no caso dos testemunhos escritos, ou do compilador ou historiador, era um dado essencial para o estabelecimento da sua autoridade. Para o Pe. Nicolau Godinho, por exemplo, Damião de Góis e João de Barros eram diligentes e amantes da verdade, e Fernão Guerreiro era probo e singularmente modesto, qualidades que tornavam as suas obras fontes de informação credíveis⁴⁵. O mesmo privilegiou o testemunho de vista⁴⁶, tal como o Pe. Guerreiro que fez amplo uso da epistolografia missionária, a qual conhecia bem, porque foi um dos compiladores das cartas ânuas, referindo-se-lhes como um testemunho de verdade⁴⁷.
- 3.º O **testemunho de obras de carácter historiográfico** foi igualmente valorizado, na medida em que decorria do uso de documentos que eram considerados então, globalmente, como depositários de factos verdadeiros. Por isso, Guerreiro se preocupou com assinalar a origem das informações compiladas sobre a cristandade etíope pelos padres Maffei, Ribadeneira e Luís de Gusmão, referindo que o primeiro esteve em Portugal para se documentar em 1579 e que os outros dois consultaram muitos documentos⁴⁸.

O mais curioso a este respeito é o modo como os textos em apreço se foram constituindo, entre si, como fontes informativas fidedignas, ilustrando a ideia duma rede estratégica de refutação. Um bom exemplo é o da narrativa da expedição de 1541-1543, já referida: o Pe. Baltazar Teles e o Pe. Almeida copiaram tal qual a versão do manuscrito deixado pelo

Pe. Paez⁴⁹ que, por seu turno, conforme declarou, seguiu “o que traz o Pe. Fernão Guerreiro... tomado (como elle diz) de Miguel de Castanhoso”⁵⁰, valendo-se também dos testemunhos de alguns homens idosos que guardavam memória dos acontecimentos. Tal filiação não parece tão linear como alegaram os autores. Na verdade, a coincidência verificável na divisão dos capítulos das obras de Teles e Almeida, indicia que, também neste passo, o primeiro usou o manuscrito do segundo e, ambos, por intermédio do texto de Paez, transcreveram parcialmente o relato que se lê na *Adição*, enriquecido pelas declarações dos informantes e, sobretudo, por uma terceira fonte que parece ter sido o tratado de Castanhoso.

3. ESTRATÉGIA DA REFUTAÇÃO

As críticas tecidas pela Companhia de Jesus a Urreta foram mais que reacções pontuais, constituindo uma rede estratégica cujo objectivo era neutralizar as principais ideias propaladas pelas *Histórias*, a saber, que sempre a igreja etíope tinha mantido a obediência à hierarquia romana e a pureza dogmática católica, e que este estado de coisas se devia ao esforço evangelizador dos frades pregadores da ordem de S. Domingos. Isto punha em causa a obra da Companhia de Jesus que detinha o exclusivo missionário na Etiópia, no âmbito do padroado português do Oriente. Por isso, ao encetar o primeiro discurso de refutação conhecido, o Pe. Fernão Guerreiro enunciou a necessidade de repor a verdade:

é bem que o mundo saiba a verdade...para que, quem quer que vir o livro se não embarace em ter de alguma maneira por verdadeiro o que é tão falso.⁵¹

A refutação mais sistemática ficou a cargo do Pe. Pêro Paez, que se debruçou exaustivamente sobre todos os assuntos tratados na obra refutada. Paez desvendou este processo, tornando-o explicitamente referencial no discurso, ao escrever que “As fábulas e mentiras de João Balthasar (se todas são suas) que moveram a frei Luiz de Urreta escrever sobre esta matéria h capítulo muito comprido, me obrigaram a mim a fazer este”⁵². Noutra passagem, referiu que “Muito longe estava eu de gastar tempo nesta matéria [se houve imperadores santos na Etiópia] e cansar ao leitor com cousas tão escusadas, se Fr. Luis de Urreta me não obrigara, canonizando por santos sete Emperadores.”⁵³ Este trabalho em que o missionário se aplicou, a par das muitas tarefas da missão, até morrer, em Maio de 1622, pode ser considerado o mais importante da série, apesar das críticas que os seus confrades teceram em relação à sua medíocre qualidade literária, que foi o principal argumento para que o manuscrito não tivesse sido publicado⁵⁴. Se ignorarmos a contumélia de Valle-Clausa, podemos

afirmar que a obra de Paez se situa numa charneira. De um lado, a vontade de confutação declarada, que caracteriza a *Adição*, redigida imediatamente na sequência da impressão da *Historia... de los Grandes, y Remotos Reynos de la Etiopia, e De Abassinorum rebus*, porventura o livro mais divulgado da série por ter sido escrito e impresso em latim, podendo atingir um público mais vasto que a *Adição*. A ambos faltava, porém, o valor testemunhal da experiência e, por isso, o Pe. Paez foi incumbido da tarefa, que desempenhou com lisura, refutando as duas obras de Urreta (com breves parênteses) até ao capítulo XII do III livro, em que a lógica do discurso se altera definitivamente no sentido do relato cronístico dos acontecimentos. Barradas, Almeida e Teles organizaram as respectivas obras de acordo com este último modelo, reduzindo de forma drástica as referências à obra de Fr. Luis. Enquanto o primeiro modelo actualizava a obra refutada, transcrevendo longos excertos, o segundo potenciou com eficácia o silenciamento das *Histórias*.

A mais virulenta crítica coube ao último texto da série (a. 1662), em que Petri a Valle-Clausua, pseudónimo aparentemente de um jesuíta ainda não identificado, atacou com vigor diversas obras de dominicanos. O texto foi 'recuperado' das chamas dos autos-de-fé por mão de Fr. Juan Casalas que copiou os argumentos de Valle-Clausua para, por sua vez, os refutar. Este identificou Urreta como "An Cyriaci, seu Dominicani, scribant Mendacia & Imposturas", ou "F. Ludovicus Urrete Cyriacus"⁵⁵, numa evidente alusão irónica à defesa da cristandade etíope empreendida por Fr. Luis que, por isso, foi alcunhado de siríaco, no sentido de herético.

A TERMINAR

No horizonte da discussão desenhava-se o problema da definição de limites entre história e ficção literária. Para os padres jesuítas envolvidos, essa delimitação era um imperativo à luz da lógica racionalista que se instalava nos discursos. Na monumental obra de Fr. Luis de Urreta esses limites foram suspensos, cabendo nela tópicos que tinham tido lugar nos Livros de Maravilhas e Cavalarias. A perspectiva dos refutadores saiu vencedora e as *Histórias* ficaram na sombra, num campo minado entre a fábula e a história.

Notas

1 Luciano de Samosata, *Sobre o modo de escrever a História*, I-32, p. 71, e I-5, p. 10.

2 A licença dada pelo Provincial da Província de Aragão da Ordem dos Pregadores de S. Domingos, com data de 17 de Agosto de 1610, fazia referência à “la segunda parte de la Historia de la Etiopia”, e no parecer de um dos examinadores, datado de 15 de Dezembro do mesmo ano, lia-se que “este libro...es segunda parte de la historia de la Etiopia...la primera parte, cuyo titulo era *Historia Ecclesiastica, Política, Natural, y Moral, de los Grandes, y Remotos Reynos de la Etiopia, Monarchia del Emperador, llamado Preste Iuan de las Indias*” (fol. sem numeração). O mesmo escreveu o autor no início do prólogo “Al christiano lector” (1.^a p., sem numeração), e no final do volume, p. 731, o impressor.

3 Pais, *História da Etiópia*, III, IV, 274-5 (cit. por livro, capítulo e página – a numeração das páginas é a da edição do Porto, de 1945-46). Nas transcrições em língua portuguesa desenvolvemos as abreviaturas, acentuamos as palavras de acordo com a actual norma e actualizamos a pontuação.

4 Urreta, A los lectores, *Historia... de los Grandes, y Remotos Reynos de la Etiopia*, 11.^a p., sem numeração.

5 A autora agradece ao Prof. Manuel João Ramos, do departamento de Antropologia do ISCTE, Lisboa, a oportunidade de participar num projecto por ele coordenado e no âmbito do qual se pôde deslocar a Valência, Espanha. Agradece igualmente ao Pe. Esponera, responsável pelo arquivo do Convento de los Dominicos de Valência, e ao pessoal da Biblioteca General da Universitat de Valência.

6 Sobre a dispersão dos papéis do Convento em 1811, 1835 e 1936, veja-se Robles, *Manuscritos del Archivo del Real Convento de Predicadores de Valencia*, pp. 350-351.

7 Sobre este assunto, veja-se o estudo de Bouza-Álvarez, *Para no olvidar y para hacerlo*, pp. 129-133. Aliás, segundo o testemunho de um confrade, a maioria dos papéis deixados por Urreta perdeu-se por ocasião de uma festa no Convento, em que serviram para forrar e tapar alguns objectos (Agramunt, *El Palacio real de la Sabiburia*, t. III (vol. 2), fol. 512-513).

8 Em *Varia I*, fol. 587-662 (BGUV ms. 799).

9 Agramunt, *El Palacio real de la Sabiburia*, t. II, vol. 1, cap. 17, fol. 301-309.

10 *Version al español dal latin, con notas proprias, y muchas addiciones del Diario de la Santissima Virgen Maria, Madre admirable del Hijo de Dios Nuestro Señor Jesu Christo, en el qual para cada uno de los dias del año se escriben algunas, ó alguna especial devocion, obsequio, veneracion, ó memoria de los devotos de esta celestial Señora, otros tantos exemplos de mejor servirla. Dispuesta en latin por el P. Padre Antonio Balinghem, tambien Jesuita*. Zaragoza: por Miguel de Luna, 1654. Seria, aliás, interessante compulsar os textos de Villaseñor e Piquer, mas ainda não tivemos oportunidade de consultar esta obra.

11 Sublinhe-se que também as escolhas feitas neste estudo não são inocentes. O próprio *corpus* foi conscientemente seleccionado, seguindo o critério da unidade. Restringi, assim, a análise aos discursos dos padres jesuítas, embora não tenham sido os únicos a refutar as *Histórias* de Fr. Luis de Urreta.

12 Cf. Gimeno, *Escritores del Reyno de Valencia*, t. I, p. 333.

13 Fuentes, *Escritores dominicos del Reino de Valencia*, p. 335.

14 Veja-se Le Goff, *História*, pp. 164-165.

15 Esta observação pertinente foi feita a propósito da descrição dos citas por Heródoto, no genial estudo de Carlo Ginzburg, *Storia notturna (História nocturna – uma decifração do Sabat*. Trad. de Nilson Moulin Louzada, Lisboa, Relógio d'Água, 1995). Cit. p. 188.

16 Urreta, A los lectores, *Historia... de los Grandes, y Remotos Reynos de la Etiopia*, 3.^a p., sem numeração.

17 *Id.*, *ibid.*, 1.^a p., sem numeração.

18 *Id.*, *ibid.*, 5.^a p., sem numeração.

19 *Id.*, *ibid.*, 61.^a p., sem numeração.

20 *Id.*, *ibid.*, 11.^a p., sem numeração.

21 *Id.*, *ibid.*, 5.^a p., sem numeração. Na Biblioteca Ambrosiana, Milão, na Biblioteca Nazionale Marciana, Veneza, e na Biblioteca Nazionale di Napoli, guardam-se documentos que atestam a estadia em Itália de um D. Giovanni Abissino ou D. Baldassare Abissino, e contêm relações sobre a Etiópia ditas por esta personagem com aspectos coincidentes com os que se lêem nas *Histórias*. Da passagem de João Baltazar pela cidade valenciana não se encontram traços, senão nas referências feitas por Fr. Luis de Urreta.

22 Barradas, Tractatus tres historico-geographici, *RÆSOI* 4, II, p. 79.

23 Teles, *História Geral de Ethiopia a Alta*, II, VII, p. 116.

24 Pais, *História da Etiópia*, I, IX, p. 85.

25 Guerreiro, *Adição*, p. 290.

26 Pais, *História da Etiópia*, III, IX, pp. 314-315. Paez iniciou a redacção *ca.* 1615.

27 Almeida, *Historia Æthiopiæ*, *RÆSOI* 5, III, XIX, p. 332.

28 Guerreiro, *Adição*, p. 287. Opôs ainda a “boa intenção” do frade às incertas informações “de um abexim que veio ter a Valença” (pp. 288-289).

29 “Não digo isto por desfazer no piedoso zelo com que se deve presumir que o Pe. Frei Luiz de Urreta escreveu, senão para mostrar o que merecem as falsidades grandes com que João Baltasar o enganou.” (Pais, *História da Etiópia*, Prólogo ao leitor, p. 10).

30 Paez guardou, contudo, alguma reserva a este respeito, observando que só conhecia o ponto de vista de Fr. Luis: “Isto **diz o Author** também foi invenção de qu o informou” (*id.*, *ibid.*, I, XIII, p. 128); “tudo he fundado em falsa informação que, **como elle diz**, lhe deo o Ethiope Dom João Balthasar” (*id.*, *ibid.*, II, I, p. 12) – o sublinhado é meu.

31 O levantamento de termos envolveu o conjunto das obras referenciadas na bibliografia activa, exceptuando as de Urreta.

32 Pais, *História da Etiópia*, I, III, pp. 44-45, e I, XXX, p. 224.

- 33 Almeida, *Historia Æthiopiæ*, *RÆSOI* 5, III, XIX, p. 332.
- 34 No capítulo XXI do livro I da *História da Etiópia*, em que se desenvolve o assunto da natureza e costumes dos etíopes, Paéz não apontou esta falha. Foram os padres missionários do tempo da proibição e da expulsão (depois de 1632) que a sublinharam. O Pe. Barradas chamou aos etíopes cristãos “gente tão vária, inconstante, tão bruta e afferrada a seus erros” (Barradas, *Tractatus tres historico-geographici*, *RÆSOI* 4, II, p. 72).
- 35 Guerreiro, *Adição*, p. 297.
- 36 Pais, *História da Etiópia*, I, III, p. 45.
- 37 A nova autoridade foi também um meio de desautorização da obra de Urreta.
- 38 Barradas, *Tractatus tres historico-geographici*, *RÆSOI* 4, II, p. 84. Veja-se, ainda, Pais, *História da Etiópia*, I, XXVI, p. 221.
- 39 Pais, *História da Etiópia*, II, VII, p. 59; I, VIII, p. 85; I, IX, p. 91.
- 40 *Id.*, *ibid.*, Prólogo ao leitor, p. 9.
- 41 *Id.*, *ibid.*, I, XXVI, p. 220.
- 42 *Id.*, *ibid.*, Prólogo ao leitor, p. 11.
- 43 Almeida, *Historia Æthiopiæ*, *RÆSOI* 5, III, XVI, p. 316.
- 44 Pais, *História da Etiópia*, I, XXXI, p. 244.
- 45 “... alioquin diligentes, & amantes veritatis auctores”, “... vir probitatis & modestiæ singularis” (Godinho, *De Abassinorum rebus*, pp. 2 e 6).
- 46 “Quis enim tam hebeti erit iudicio, ut talia legens, non statim videat fabulas narrari? Illud tantum hoc loco dicam, quod verissimum est, & a Michaele Castagnoso memorix proditum” (*Id.*, *ibid.*, pp. 31-32).
- 47 Guerreiro, *Adição*, pp. 292-295.
- 48 *Id.*, *ibid.*, p. 289.
- 49 Teles: “quero aqui pôr o que escreveo o Padre Pêro Pays ...E eu posso...empenhar minha palavra, ainda debayxo de juramento, que relatarey esta história da maneira que nos papéis deste bom Padre se achou escrita, mudando somente o número dos capítulos, pera os hir accomodando à ordem & disposiçam que vou seguindo nesta minha história” (Teles, *História Geral de Ethiopia a Alta*, II, VII, pp. 116-117. O relato lê-se nos caps. VIII-XVI, pp. 117-137). Almeida: “... pareceome... não pôr cousa alguma de minha casa, senão trasladar somente o que deixou escrito o padre Pêro Paes em hum tratado das cousas desta terra” (Almeida, *Historia Æthiopiæ*, *RÆSOI* 5, III, VII, 270. *Vide caps.* VIII-XVI, pp. 271-316). Cf. Pais, *História da Etiópia*, I, XXXI-XXXVI, pp. 243-285.
- 50 Pais, *História da Etiópia*, I, XXXI, p. 244.
- 51 Guerreiro, *Adição*, p. 288.
- 52 Pais, *História da Etiópia*, I, VIII, p. 80.
- 53 *Id.*, *ibid.*, II, XXIII, p. 231.

54 Hervé Pennec deteve-se na análise desta questão, ao descrever e interpretar as ‘viagens’ dos manuscritos de Paez, na tese de doutoramento – *Des jésuites au royaume du Prêtre Jean (Éthiopie): Stratégies, rencontres et tentatives d’implantation (1495-1633)*, Paris, Université de Paris I-Sorbonne, 2000. Apresentei, igualmente, o problema na comunicação “A História da Etiópia do Pe. Pedro Paez, S. J. (1622): escrever em português ou a prática do enxacoco”, que apresentei no Colóquio de Estudos de Tradução, em 22 de Fevereiro de 2002.

55 Casalas, *Candor lili*, p. 411.

Bibliografia activa:

- ALMEIDA, Manuel de, (1907-1908), “Historia Aethiopiae”, in BECCARI, Camillo, *Rerum Aethiopicarum Scriptores Occidentales Inediti*, Vols. V-VII, Romæ, excudebat C. de Luigi.
- BARRADAS, Manuel (1906), “Tractatus Tres Historico-Geographici”, in BECCARI, Camillo, *Rerum Aethiopicarum Scriptores Occidentales Inediti*, Vol. IV, Romæ, excudebat C. de Luigi.
- BARRADAS, Manuel (1996), *Tractatus Tres Historico-Geographici (1634): A Seventeenth Century Historical and Geographical Account of Tigray, Ethiopia*, (transl. by Elizabet Filleul, ed. by Richard Pankhurst), Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, Aethiopische Forshungen 43.
- CASALAS, Ioanne (1664), *Candor Lili seu Ordo FF. Praedicatorum a calumniis et contumeliis Petri a Valle-Clausula vindicatus. In eius decem Diatribas totidem Reflexiones*, Parisiis, apud Ioannem de Launay.
- GODINHO, Nicolau (1615), *De Abassinorum rebus, Deque Aethiopiae Patriarchis Ioanne Nonio Barreto, & Andrea Oviedo, libri tres: P. Nicolao Godigno Societatis Iesu Auctore*, Lugduni, sumptibus Horacii Cardon.
- GUERREIRO, Fernão (1930-1942), “Adição à relação das coisas de Etiópia com mais larga informação delas, mui certa e mui diferente das que seguiu o Padre Frei Luis de Urreta no livro que imprimiu da história daquele império do Preste-João”, in *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões dos anos 1600 a 1609*, 3 vols., vol. III (1.ª ed. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1611), Coimbra, Imprensa da Universidade; Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 287-380.
- PAIS, Pêro (1945-1946), *História da Etiópia*, (introdução de Elaine Sanceau, nota bio-bibliográfica por Alberto Feio, leitura paleográfica por Lopes Teixeira), 3 vols., Porto, Livraria Civilização.

- PAIS, Pêro (1905-1906), “P. Petri Paez S. I. Historia Æthiopiæ”, in BECCARI, Camillo, *Rerum Æthiopicarum Scriptores Occidentales Inediti*, vols. II e III, Romæ, excudebat C. de Luigi.
- TELES, Baltazar (1660), *Historia geral de Ethiopia a Alta, ou Preste Ioam, e do que nella obraram os padres da Companhia de Iesus: composta na mesma Ethiopia, pelo Padre Manoel d'Almeyda, natural de Vizeu, Provincial, e Visitador, que foy na India. Abreviada com nova releçam, e methodo, pelo Padre Balthezar Tellez, natural de Lisboa, Provincial da Provincia Lusitana: ambos da mesma Companhia*, Coimbra, na oficina de Manoel Dias.
- URRETA, Luis de (1610), *Historia Ecclesiastica, Política, Natural, y Moral, de los Grandes, Remotos Reynos de la Etiopia, Monarchia del Emperador, llamado Preste Iuan de as Indias. Muy util y provechosa para todos estados, principalmente para Predicadores. A la Sacratissima y sempre Virgen Maria del Rosario*, València, en casa de Pedro Patricio Mey.
- URRETA, Luis de (1611), *Historia de la Sagrada Orden de Predicadores, en los Remotos Reynos de la Etiopia. Trata de los prodigiosos Sâtos, Martyres, y Cõfessores, Inquisidores Apostolicos, de los Cõventos de Plurimanos, dõde viuen nueue mil frayles: del Alleluya con siete mil; y de Bedenagli, de cinco mil monjas: con otras grandezas de la Religion del Padre santo Domingo*, València, en casa de Iuan Chrysostomo Garriz.

Bibliografia passiva citada:

- AGRAMUNT, Josef, *El Palacio de la Sabiduria. Idea del Convento de Predicadores de Valencia*, Biblioteca de la Universidad de València, Ms.148-49.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando (1998), “*Para no olvidar y para hacerlo. La conservación de la memoria a comienzos de la edad moderna*”, in CNCDP. Cursos da Arrábida, *A História: entre memória e invenção* (coord. de Pedro Cardim), Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 129-172.
- FUENTES, Celedonio (1930), *Escritores dominicos del Reino de Valencia*, Valencia, Imprenta F. Angeles Pitarch.
- GIMENO, Vicente (1747), *Escritores del Reyno de Valencia, chronologicamente ordenados desde el año M.CC.XXXVIII de la Christiana conquista de la misma ciudad, hasta el de M.DCC.XLVII por Vicente Ximeno Presbítero*, 2 tomos, Valencia, en la oficina de Joseph Estevan Dolz.

- LE GOFF (1984), “História”, in AA.VV., *Enciclopédia Einaudi. Volume I: Memória-História*, Lisboa, IN-CM, pp. 158-259.
- LUCIANO DE SAMOSATA (1771), *Sobre o modo de escrever a História* (trad. do grego por Custódio José de Oliveira), Lisboa.
- ROBLES, Adolfo (1984), “Manuscritos del Archivo del Real Convento de Predicadores de Valencia”, in *Escritos de Vedat*, XIV, pp. 349-402.